

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE  
DOIS MIL E SEIS**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, pelas quinze horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – *Exposição do Sr. Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de Aprovação do Projecto de Regulamento do Cadastro e Inventário do Património do Município de Alijó;* -----

-----**TRÊS** – *Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o Exercício Económico de 2007.* -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo injustificado os Srs. Deputados Calos Manuel Machado Magalhães e Manuel Augusto Silva. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e nove de Setembro de dois mil e seis e abre inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO BRUNO PINTO:** Refere que na página 47, onde se lê “eleitos”, deve ler-se “eleitores”. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA:** Colocou a mesma a votação, sendo a mesma aprovada com duas abstenções e trinta e cinco votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** informa que relativamente à correspondência apenas existem alguns postais de Boas Festas. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Deseja que estejam a passar a época natalícia com boas festas assim como uma boa entrada no ano que se aproxima. Lança uma sugestão ao Sr. Presidente da Assembleia e da Câmara, relativamente aos documentos da Assembleia Municipal enviados aos Srs. Deputados. Dá como exemplo prático a época natalícia, para proceder a algumas arrumações, sendo Deputado desde 1989, constatou com um facto que o deixou um pouco perplexo, que se prende com a organização dos referidos documentos. Esclarece ainda que tem uma quantidade imensa de papel, o qual teve que organizar, não sabendo o que lhe fazer. Nesta perspectiva, porque estamos na era das novas tecnologias da informação, da comunicação e porque todos sabem o que é o simplex, sugere que os referidos documentos sejam enviados numa disquete ou num cd, visando ainda a diminuição das elevadas despesas que se prendem com o respectivo envio. A seu ver, a maior parte dos Srs. Deputados têm meios informáticos para consultarem os documentos e esta seria uma forma mais simples e expedita de guardar toda a informação. Indica ainda que os Srs. Deputados poderão efectuar a consulta via suporte informático, no Espaço Internet do Teatro Auditório Municipal de Alijó. Termina dizendo não saber se a sua sugestão é legalmente possível, no entanto, como defensor do ambiente, entende que esta deveria ser uma metodologia a adoptar num futuro próximo. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Pretende saber qual a metodologia que em 2007 será responsável pelo fornecimento para as escolas, de lenha, artigos de limpeza, matéria didáctica, entre outros. Indica que, certamente, a Câmara teve a preocupação de assegurar verbas destinadas a este fim e pretende saber quem as vai gerir. Indica ainda que, como Presidente da Junta de Freguesia, teve sempre a preocupação de aplicar o dinheiro transferido pela Câmara Municipal para as escolas, colocando-o ao serviço das próprias escolas, tendo como testemunhas as professoras e educadoras do Jardim-de-infância. Informa que há poucos dias mandou fornecer cerca de três mil quilos de lenha para que as crianças se sintam confortáveis no início do segundo período

escolar. Faz votos para que a aplicação das verbas seja feita com rigor, tendo em conta que as crianças estão em primeiro lugar e é necessário apostar mais e melhor na educação. -----

-----**DEPUTADO BALTAZAR BULAS:** Começa por referir as pinturas rupestres “Pala Pinta”, na Freguesia de Carlão e informa que há poucos dias deparou com uma situação, na sua Freguesia, onde estavam alguns jipes com pessoas, destinados à vista das referidas Pinturas Rupestres, no entanto os mesmos, desconheciam o percurso até lá. Indica ainda que não existe qualquer sinalização e apesar dos mapas que as pessoas traziam, o percurso é difícil, existindo ainda uma vinha a circundar as Pinturas Rupestres. Como solução para ajudar as referidas pessoas, enviou uma pessoa, que os acompanhou ao local. Informa que no Verão, as Pinturas Rupestres são visitadas assiduamente. -----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY:** Inicia colocando duas questões que envolvem não apenas a Freguesia do Pinhão mas também as Freguesias envolventes. A primeira questão prende-se com a distribuição postal dos CTT. Recorda que há cerca de um ano, a partir de 01 de Janeiro de 2006, a distribuição postal que era efectuada a partir do posto dos CTT do Pinhão, passou por decisão da administração dos mesmos, a ser efectuada através do posto de Alijó. Desta forma, um serviço que era efectuada e a seu ver, bem feito, pelos CTT do Pinhão, passou a ser feito pelos CTT de Alijó, onde têm assistido a consecutivas trocas de correspondência, atrasos sucessivos e cada vez mais prolongados da entrega da correspondência, originando graves consequências. Informa ainda que foi colocado recentemente, ao serviço dos CTT, para a respectiva distribuição, um carteiro que não anda identificado, desconhecendo qual a empresa que representa. Este mesmo carteiro já cometeu vários atrasos e trocas de correspondência, com consequências graves. Solicita que para tal facto sejam tomadas as devidas providências. A segunda questão prende-se com um estudo publicado recentemente no diário económico que aconselha o Governo a encerrar todos os postos da GNR com menos de dez elementos. Esta situação que o preocupa porque engloba o posto do Pinhão e solicita que relativamente a esta questão, o Sr. Presidente tome uma posição de, no sentido de preventivamente evitar que tal se venha a verificar. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** sugere que relativamente à questão da GNR, se a Assembleia Municipal assim o entender, dado que os CTT são um facto consumado, que esta

preocupação seja colocada sob a forma de Moção para que haja tomada de posição global da Assembleia, receando o encerramento do posto da GNR. Deixa à consideração do Sr. Deputado Pedro Perry e da Assembleia Municipal. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá continuidade ao Período Antes da Ordem do Dia, dando a palavras aos seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** A sua intervenção é dirigida em nome da Bancada do Partido Social Democrata aos Srs. Deputados presentes, esperando que estes tenham passado um bom Natal e que o novo ano seja repleto de saúde, alegria e sucesso profissional. -----

-----**DEPUTADO HUMBERTO BARBOSA:** Usa da palavra para dar conhecimento à Assembleia Municipal, pois na sequência de vários pedidos das Associações Humanitárias dos Bombeiros, feitas ao Sr. Presidente da Câmara, sobre dificuldades de instalações e outros recursos. Indica que o Sr. Presidente enviou um ofício ao Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, para que pudesse ouvir as Associações do Concelho de Alijó. No dia 27 de Dezembro, o Sr. Secretário de Estado deslocou-se ao Salão Nobre da Câmara Municipal, em reunião com todas as Associações do Concelho de Alijó, onde todos indicaram as suas dificuldades. O mesmo tomou nota de tudo, não prometeu nada, mas ficou a sensação, nos membros das Associações, que estava com boa vontade de ajudar. Comprometeu-se perante as Associações e o Sr. Presidente da Câmara que até ao dia 28 de Fevereiro mandaria um dossier de todas as reclamações que ouviu das referidas Associações, as quais iriam ser novamente ouvidas pelo Sr. Presidente da Câmara durante o mês de Março. Ficou ainda estabelecido que no final do mês de Março ou até ao dia 15 de Abril, voltaria ao Salão Nobre para dar algumas soluções às grandes dificuldades. Faz um apelo ao Sr. Presidente da Câmara para que este caso não fique parado no tempo e os prazos que o Sr. Secretário de Estado referiu, sejam cumpridos para que as Associações melhorem as suas condições, dado existirem algumas com imensas dificuldades. Finaliza afirmando que havendo boa vontade do Governo e da Câmara Municipal, os problemas irão resolver-se. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que relativamente à Acta acabada de votar, que corresponde à Assembleia Municipal realizada em 29 de Setembro de 2006, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre alguns assuntos,

entre os quais o arranjo da escola de Vila Chã, na qual, nas páginas 05 e 12 da mesma Acta obteve resposta quer do Sr. Presidente da Câmara, quer do Sr. Vereador das Obras de que o arranjo da escola acolhedora de crianças de Vila Chã e Carvalho, iriam começar nas férias do Natal. No entanto as férias do Natal estão a terminar e a referida escola mantém-se sem qualquer intervenção. Indica ainda que lhe foi dito que o empreiteiro que ganhou a obra, a recomençaria e pergunta para quando serão concluídas e se as crianças terão de estudar naquelas condições até ao final do ano lectivo. Relativamente ao Aeródromo, ainda na mesma Acta, foi informado quase com toda a certeza, que as máquinas já estariam no Aeródromo para começar a pista de 1000 ou 1300 metros tal como foi frisado na Exposição do Sr. Presidente da Câmara. Indica que não viu no local qualquer máquina e nas páginas 12, 13 e 16 da Acta foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Vice-Presidente, que o Aeródromo era e continua a ser uma grande aposta para o Concelho, para o Turismo e para a Região, confirmando que o Plano Director estava resolvido e nada impediria o começo das obras. No entanto, passaram três meses e não se registaram alterações. Ainda na mesma Acta, foram referidos os “Monstros” na página 5, com resposta na página 12 e congratula-se com o andamento dado às suas intervenções. Lamenta que a distribuição de contentores de 10m<sup>2</sup> de capacidade, não se faça sentir em todo o Concelho, pois se querem um Concelho virado para o turismo, têm que criar todas as condições para que quem chega, se sinta bem e quando parta, saia com vontade de voltar. Relativamente ao polivalente da Chã e sua iluminação, obteve resposta na página 42, onde se poderia ler que o processo estaria quase concluído para o polivalente da Chã, Pegarinhos e Carlão, contudo ainda não houve alterações e pergunta se ainda demora ou se existe algum problema com a iluminação dos ditos polivalentes. Pergunta ainda qual o ponto de situação das obras dos balneários do polivalente de Vila Chã. Recorda ainda que o Sr. Presidente da Câmara fez alusão a um concurso para saneamento da Chã e na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, não tem conhecimento do que foi posto a concurso e gostaria de ser informado para não correrem riscos de hipoteticamente a obra não corresponder às necessidades das pessoas. Refere ainda que os Presidentes das Juntas de Freguesia deviam estar em consonância com quem abre os concursos para irem de encontro às necessidades das pessoas. Faz referência à Exposição do Sr. Presidente da Câmara, onde na página 12 constam os

trabalhos realizados pelos trabalhadores da Câmara Municipal, os quais aplaude pois participaram na abertura de estradas, colocação de lombas, corte de mato, limpeza de valetas, colocação de massa betuminosa e outros, no entanto não indica onde foram efectuados tais trabalhos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que relativamente à intervenção do Sr. Deputado Telmo Pinto, anotou a sugestão e não vê qualquer problema, antes pelo contrário. Indica ainda que apenas têm que agilizar esta situação da questão dos documentos em suporte informático numa dupla perspectiva, pois por um lado têm que saber, em termos jurídicos se tal é possível e em termos práticos saber quem deseja continuar a receber os documentos em suporte de papel e quem deseja receber em suporte informático. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Belarmino Monteiro, indica que tem todo o gosto em esclarecer como vão operar a questão da limpeza e da lenha nas escolas. Informa que existe um protocolo que estabeleceram com o Ministério da Educação e particularmente com os Agrupamentos Escolares, onde têm deveres e direitos e têm uma indicação clara da própria Associação de Municípios, no que concerne a este tipo de matérias, por causa desse protocolo, a transferir para os Agrupamentos Escolares, a responsabilidade de parte significativa daquilo que estava entregue às Juntas de Freguesia, nomeadamente artigos de limpeza e outro tipo de material relacionado com a parte pedagógica. No que diz respeito ao aquecimento e obras necessárias em cada escola, essa parte continuará a ser da única e exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal. Informa que, na escola de Favaios, acabaram há pouco tempo de fazer uma intervenção a este nível, colocando aquecimento através de uma candidatura que fizeram pela Associação de Energia, que está integrada na Associação de Municípios do Agrupamento do Vale do Douro Norte e cabe à Câmara Municipal fazer esse concurso, porque assim ganham em escala. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Baltazar Bulas, no que concerne às Pinturas Rupestres, esclarece que através de uma candidatura a Estágio Profissional, tiveram no Concelho, arqueólogos, a trabalhar no levantamento da Carta Arqueológica. As Pinturas Rupestres de Carlão estão integradas, sendo um dos sítios levantados pelos arqueólogos que estão a fazer o referido levantamento. Por outro lado tiveram umas Jornadas

Arqueológicas onde o referido sítio, dotado de capital importância para o Concelho, foi visitado. Todos os especialistas nesta matéria, são unânimes em considerar que as Pinturas Rupestres de Carlão são tão sensíveis que não é conveniente estarem demasiado bem sinalizadas, caso contrário, poderiam ser alvo de vandalismo e rapidamente desaparecerem. Consideram que dentro da candidatura que estão a fazer ou no levantamento da Carta Arqueológica para o Concelho, devem estar salvaguardadas, sem excesso de informação. Nesta perspectiva, quando esta candidatura estiver completamente terminada e tiverem um *portfólio* de tudo aquilo que são verdadeiramente os achados do concelho, quem for visitar esses achados, deve ir acompanhado de quem entenda na matéria e salvasse esse mesmo património. Dirige-se ao Sr. Deputado dizendo que considera uma boa atitude da sua parte, enviar uma pessoa para os acompanhar. No que respeita à intervenção do Sr. Deputado Pedro Perry, quer no que concerne aos CTT, quer no que concerne à GNR do Pinhão, indica que faz suas as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Pensa que era importante haver uma Moção, quer num caso, quer noutro, para no que diz respeito ao primeiro caso mostrarem a insatisfação sobre a forma como a correspondência está a ser tratada, na sequência daquilo que já tinham feito anteriormente e fazer chegar essa manifestação de insatisfação à Direcção dos CTT. Refere ainda que terá muito mais força se for um documento emanado da Assembleia Municipal, do que apenas do Sr. Presidente da Junta de Freguesia ou do Sr. Presidente da Câmara, sendo a mesma situação relativamente à questão da GNR. Devem, numa perspectiva preventiva, manifestar a sua preocupação e posição contra esta eventualidade. Esclarece ainda que as informações que tem sobre os critérios nacionais de reordenamento desta rede de postos obedecem a dois requisitos: um deles seria o número de soldados, onde o Pinhão estaria dentro do paradigma dos postos que poderiam encerrar e outro seria a distância quilométrica ao ponto mais próximo e aí o Pinhão não estaria incluído. Devem assim agarrar este segundo requisito e reivindicar a manutenção deste posto, acrescentando ainda a importância estratégica do Pinhão, do ponto de vista turístico e a especificidade própria do Concelho de Alijó. No que concerne à intervenção do Sr. Deputado Humberto, afirma que é verdade tudo quanto ela afirmou e acrescenta que a proposta que o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna apresentou na referida reunião aos Bombeiros Voluntários e à Câmara Municipal, para todos em conjunto, se debruçarem

sobre essa mesma proposta, foi um plano integrado de acção para cinco anos, que o Ministério irá apresentar à Câmara Municipal e aos Bombeiros Voluntários e em conjunto irão ver a melhor forma de o pôr em prática. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes, dado serem assuntos da responsabilidade do Sr. Vereador e Vice – Presidente dá a palavra ao mesmo para que este possa esclarecer as questões colocadas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Vereador indigitado, para se pronuncie sobre os temas visados: -----

-----**VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA:** Dirige-se ao Sr. Deputado António Fernandes questionando se na sua Freguesia, todo o planeamento que faz, em termos de tempo, consegue cumprir intransigentemente e se tudo corre bem de forma a cumprir os prazos prometidos. Indica ainda que se este conseguir isto, no próximo Executivo deve substituir o Sr. Vereador das Obras Públicas nesta Câmara Municipal, visto conseguir fazer o que ninguém consegue. As obras que não foram feitas, não foi por esquecimento nem por desleixo, mas muitas vezes contam com uma coisa e tal não se verifica, mas isso acontece com todas as pessoas. Relativamente à escola de Vila Chã, informa que tinham falado com o empreiteiro, o qual prometeu que iria executar as obras no período das férias, no entanto o empreiteiro resolveu dizer que só podia fazer as obras no final de Janeiro ou Fevereiro. Informa ainda que dado a escola passar a ter outras características, não vista na altura, as obras tinham outra dimensão e uma vez o empreiteiro não as podia executar, resolveu anular o concurso e abrir outro com todas as obras que pretendem fazer na referida escola. Indica que o que se passou nesta escola pode acontecer em outras situações, obrigando a não cumprir com as informações dadas. Indica ainda que são humanos, falíveis e vivem baseados no trabalho, não apenas do Executivo, mas também de outros e quando eles falham, falarão os restantes, inevitavelmente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, solicitando que sejam breves e alertando para que novos assuntos não deverão ser trazidos a colocação, que não digam respeito às intervenções anteriores. Inscreveram-se os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Indica que ouviu com muita atenção a explicação do Sr. Vice – Presidente da Câmara e concorda pois há situações que acontecem, originando pequenos



atrasos, Lembra que nem todos os casos que existem pelo Concelho, acontece o mesmo, serem apenas dois, três ou quatro meses, há situações de dois anos de atraso, como é o caso da sua terra, com cerca de três anos, uma variante que já ocasionou três acidentes, um com uma morte. Indica ainda que aquela obra está numa posição de miséria e deveria ser visto com mais carinho e mãos atenção, dado que é uma aldeia maior que oito ou nove Freguesias do Concelho de Alijó e faz parte da Freguesia de Sanfins do Douro, que também é uma das maiores Freguesias do Concelho. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Afirma que relativamente à sugestão apresentada sobre o suporte informático dos documentos a enviar e respectiva legalidade, será uma questão de obterem informações a quem de direito. Esclarece ainda que relativamente ao envio dos mesmos em suporte informático ou e papel, será um processo simples, pois basta fazer uma ficha de inscrição e propor aos Srs. Deputados da Assembleia Municipal, onde cada um poderá manifestar a sua vontade. Relativamente à Moção apresentada, em nome da Bancada do Partido Socialista, propõe que seja dado um período de ausência ao Sr. Deputado Pedro Perry, no sentido de elaborar a referida Moção. Sugere ainda que a Bancada do Partido Social Democrata indique alguém que acompanhe o Sr. Deputado Pedro Perry no sentido de elaborar um texto, para que a mesma Moção, quando o Sr. Presidente da Assembleia assim o entender, seja proposta à Assembleia Municipal para votação. ----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY:** Apenas para afirmar que concorda com a realização da Moção proposta pelo Sr. Presidente, quer para a questão da GNR quer para a questão dos CTT. ----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Começa por se pronunciar sobre o conceito de informatização dos documentos enviados aos Srs. Deputados, dizendo que concorda com o simplex, no entanto, “não podem dar o passo maior que a perna”. Indica que têm que sabe onde estão e o que os rodeia pois existem Juntas de Freguesia que não estão tão informatizadas como o pretendido. Para si, o papel não é qualquer problema, pois até pode ser reciclado. Indica ainda que há o inconveniente de receberem o suporte informático e terem de o manusear nas Juntas de Freguesia. Aceita a proposta do Sr. Presidente da Câmara, no que respeita a cada um poder optar pelo suporte que desejar. Indica que concorda com a intervenção do Sr. Deputado Belarmino Monteiro, pois na sua Freguesia, para além da escola acolhedora, foi necessário arranjar espaço para o prolongamento, mas quantas mais escolas, quantos mais espaços forem arrançados para as crianças, mais

necessidades têm as crianças. Assim sendo continuam a pedir mais produtos de limpeza, mais arranjos de recreios, entre outras coisas. Indica ainda que no seu caso concreto, podem certificar-se do que está a informar, pois já encheu as lojas de lenha e como recebeu algum dinheiro, teve o cuidado de lhes fornecer tudo. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara, dizendo que quem lidera, lidera tudo e cada vez que fazem uma pergunta sobre escolas ou obras, este responde que é com “o Sr. Vereador A ou B”. Esclarece que tal, não é um reparo, mas não se sente bem, porque quem está à frente, tem que estar ao corrente de tudo. Dirige-se ao Sr. Vereador do Pelouro das Obras, dizendo que “cada macaco no seu galho” e que enquanto Presidente da Junta de Freguesia ainda não recebeu lições de ninguém e naquilo em que se mete, sabe por onde andar e tenta saber por onde há-de sair. Finaliza dizendo que o Sr. Vereador não foi muito feliz na sua saída, embora concorde com tudo o que disse e aceite as respostas relativas à demora das obras. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Refere que na anterior reunião da Assembleia Municipal apresentou uma questão muito negativa para a sua Freguesia, sendo o incêndio que deflagrou no passado mês de Agosto, que muitos os prejudicou e entristeceu. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se já tem alguma informação sobre a conclusão das averiguações que iriam decorrer. Congratula-se pelo facto do castro do Populo estar na eminência de ser Património Mundial. Agradece a todas as pessoas que trabalharam no sentido de concretizar tão bonito projecto, que por sinal está localizado na sua Freguesia e muito a dignifica a si própria, como ao Sr. Presidente da Câmara e ao Concelho de Alijó. Espera que seja realizado o mais rapidamente possível porque é algo que lhe agrada demasiado. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** introduz *Ponto Um da Ordem de Trabalhos*. **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Setembro (segunda quinzena), Outubro, Novembro e início de Dezembro. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** Até meados do mês de Setembro do corrente ano, a Câmara Municipal de Alijó, tinha em dívida, sensivelmente €4.581.000,00. Se é verdade que a dívida aumentou, também é verdade que tem a sua natureza em investimento, que sob a forma de empreitada ou fornecimentos

de imobilizado corresponde a, aproximadamente, 81%. Da diferença, importa ainda, o investimento realizado pela Câmara Municipal sob a forma de administração directa. Como vem sendo hábito, no final do passado mês de Novembro, esta Câmara tinha liquidado praticamente, todas as facturas de fornecedores do concelho, até então; aos restantes, quase todas as facturas com data de emissão até 31 de Maio do corrente ano. Ao nível dos empreiteiros, os pagamentos são realizados de forma contínua, obedecendo ao plano estipulado. Exceptuam-se os pagamentos de facturas de obras financiadas que, apesar de não existir qualquer recurso a capitais alheios são pagas dentro dos limites legais estabelecidos por lei. Relativamente a empréstimos bancários, tem esta Câmara Municipal em dívida, aproximadamente, €6.650.000,00. Os empréstimos, anteriormente contratados, continuam a ser pagos de acordo com as cláusulas contratuais, tanto ao nível das amortizações como dos juros. Tem-se verificado um enorme recurso ao *factoring* por parte de fornecedores e empreiteiros, mais destes últimos. No entanto, em nada se alteram as condições contratuais ou obrigações, uma vez que as facturas são vendidas antes de serem entregues a esta câmara. Apenas se toma conhecimento de que o titular do crédito foi alterado. Está em curso a contratação de um empréstimo bancário, para saneamento financeiro, ou seja, para liquidar dívida vencida, que se cifra em €1.143.000,00, cuja libertação se prevê que seja feita no início de 2007. **2 – Actividade do Município: a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva** a – Actividade cultural: **Biblioteca Municipal**

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
Setembro*	1	72	0
Outubro	7	234	12
Novembro	29	223	6
Dezembro**	1	70	0

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
Setembro	-	-
Outubro	409	10
Novembro	656	17
Dezembro**	22	7

\* (a partir do dia 18 inclusive) \*\* (até ao dia 11 inclusive) Actividades realizadas: 21 a 24 de Setembro:

COMEMORAÇÕES DOS 250 ANOS DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO “Os livros e o Douro”, Mostra bibliográfica, Lançamento de livros, Feira do Livro, 28 de Outubro Apresentação do livro “A Ilha de Xisto” da autoria de Manuel Carvalho; 11 de Novembro: Apresentação do livro “Código de Posturas do Senado da Vila de Alijó”; 25 de Novembro: “Torcato de Magalhães – Paladino do Douro”

Mensalmente: Exposição bibliográfica “Clássicos Portugueses”

Auditório Municipal

<b>Setembro</b>	
<b>Actividade</b>	<b>N.º de espectadores</b>
Contas Nordestinas (Teatro)	232
Uma Cama para Sete (Teatro)	112
Assombrados (Cinema)	7
Separados de Fresco (Cinema)	41
Pular a Cerca (Cinema)	77
Festival Outras Músicas (Música)	240
Jorge Palma (Música)	360

<b>Outubro</b>	
<b>Actividade</b>	<b>N.º de espectadores</b>
Falar Verdade a Mentir (Teatro)	61
Super Homem (Teatro)	46
Miami Vice (Cinema)	60
O Rapaz Formiga (Cinema)	37
Poseidon (Cinema)	48
Chamada de um Estranho (Cinema)	37
Voo 93 (Cinema)	49
Noite de Fados (Música)	82

<b>Novembro</b>	
<b>Actividade</b>	<b>N.º de espectadores</b>
Sou do Tamanho do que Vejo (Teatro)	43
World Trade Center (Cinema)	66
O Sentinela (Cinema)	32
Capuchinho Vermelho (Cinema)	86
Senhora da Água (Cinema)	51
Filme da Treta (Cinema)	97

<b>Dezembro</b>	
<b>Actividade</b>	<b>N.º de espectadores</b>
La Bazanca (Música)	45

Marie Antoinette (Cinema)	26
Uma Família à Beira de um Ataque de Nervos (Cinema)	18
A Noiva Cadáver (Cinema)	960
O Diabo Veste Prada (Cinema)	240
Marionetas “Chico Lua” (Teatro)	620

Espaço Internet: Setembro: 2467 utilizadores, Média de idades: 20,2; Outubro: 2237 utilizadores, Média de idades: 19,5; Novembro: 2443 utilizadores, Média de idades: 19,1; Dezembro: 721 utilizadores, Média de idades: 19,4.

Formação: Mini cursos de informática para adultos: 30 alunos; b – Actividade desportiva: Actividades de carácter contínuo. Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais.

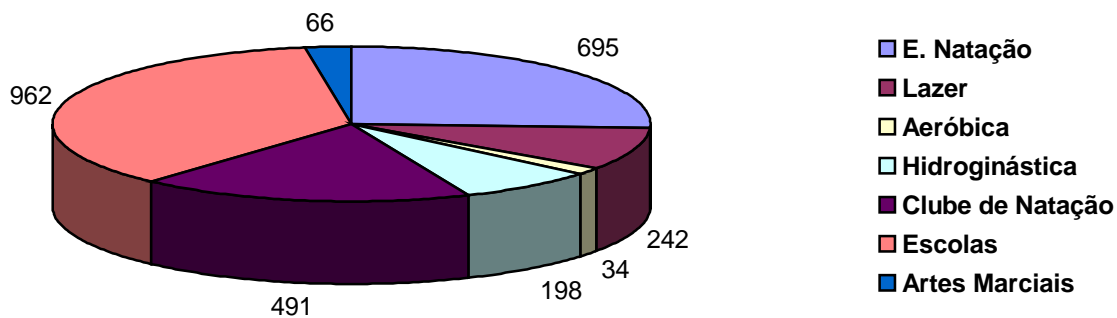
Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram não só o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” de realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente.

Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade a funcionar todos os sábados de manhã é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas.

”Expressão Físico Motora no 1º ciclo” – Integrado nas actividades de enriquecimento curricular, este projecto tem como principais objectivos a criação de hábitos saudáveis de ocupação dos tempos livres e o desenvolvimento de competências básicas no domínio psicomotor. Este projecto divide-se em duas vertentes: as aulas de Natação (Piscina Municipal de Alijó) e Expressão Físico motora (Escolas).

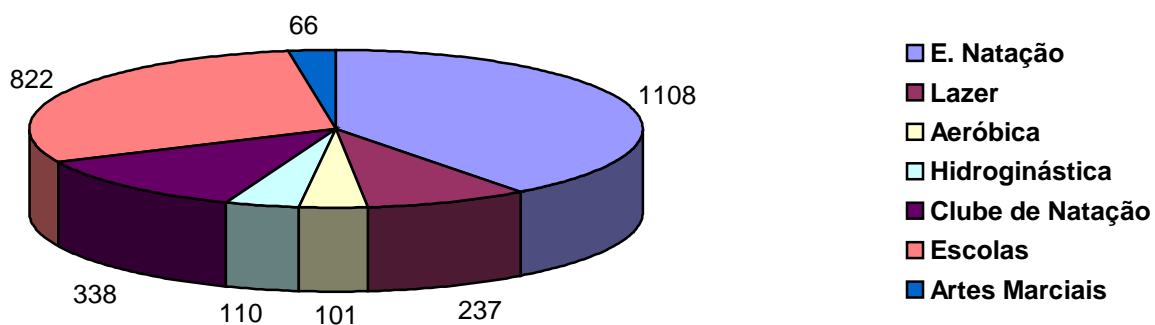
Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Outubro 2006



Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	695
Lazer	242
Aeróbica	34
Hidroginástica	198
Clube de Natação	491
Escolas	962
Artes marciais	66
<b>TOTAL</b>	<b>2588 Entradas</b>

Novembro 2006



Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	1108
Lazer	237
Aeróbica	101
Hidrogenástica	110
Clube de Natação	338
Escolas	822
Artes marciais	66
<b>TOTAL</b>	<b>2782</b> Entradas

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvido diversos esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. Uma das actividades mais procuradas nos GAC continua a ser a pesquisa e navegação na Internet, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os GAC, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:



Gac	Setembro	Outubro	Novembro
Carlão	450	550	650
Pinhão	763	696	408
Sanfins do Douro	334	280	185
Vilar de Maçada	852	456	774

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo. Setembro \* Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de sessenta e oito portugueses, vinte e três ingleses, um espanhol, quatro alemães, doze franceses, quatro brasileiros, oito dinamarqueses, dois suecos, três eslovenos, quatro belgas, dois suíços e dois emigrantes; \* Prestação de informação turística documental a entidades várias. \* Preparação do stand da Câmara Municipal de Alijó no “Festival de Gastronomia Europeu” promovido pela Associação Comercial de Mirandela. \* Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Outubro: \* Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e sete portugueses, quatro ingleses, quatro espanhóis, dois alemães, oito franceses, dois noruegueses, dois israelitas, um canadiano, dois argentinos, dois emigrantes. \* Prestação de informação turística documental a entidades várias; \* Continuação do Curso de Pintura a Óleo; Novembro: \* Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de onze portugueses, três ingleses, dois espanhóis, dois italianos, oito franceses e dois noruegueses. \* Prestação de informação turística documental a entidades várias. \* Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Dezembro \* Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço até à data de 13.12.06. de doze portugueses e dois espanhóis. \* Prestação de informação turística documental a entidades várias. \* Continuação do Curso de Pintura a Óleo. **c – Obras e Intervenções Municipais:** \* Reparação de rupturas de água; \* Corte de mato e limpeza de valetas; \* Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; \* Colocação de sinalética vertical e horizontal no concelho; \* Reparação de diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico; \* Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; \* Limpeza de lixeiras; \* Colocação de bomba na barragem; \* Colocação de tubos em PVC 0.75 em condutas danificadas; \* Distribuição de leite escolar pelo Agrupamento de Alijó; \* Limpeza de sarjetas e estradas; \* Limpeza de ruas e cemitérios; \* Arranjos vários no edifício da Câmara Municipal e seus gabinetes; \* Limpeza de jardins; \* Reparação e pintura de casas no Bairro Social em Alijó; \* Abertura de valas; \* Ligação de condutas de água; \* Colocação de lâmpadas; \* Arranjo de telhado numa casa degradada em São Mamede; \* Colocação de lombas na estrada; \* Abertura de estrada; \* Arranjo de portas,

fechaduras e colocação de vidros no Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó. - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** \* Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais em Alijó – 2.ª fase, Povoação de Francelos – em concurso; \* Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais em Alijó – 1.ª fase, Povoação de Castedo – em concurso; \* Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais em Alijó – 2.ª fase, Povoação de Vilarinho de Cotas – em concurso; \* Beneficiação da Pista 12-30 – projecto de arquitectura – adjudicado; \* Ampliação e conservação das redes de saneamento – Chã – em concurso; \* Pavimentação nas freguesias – Alijó – acesso ao reservatório da Lama Boa - em concurso; \* Controlo da qualidade da água no concelho de Alijó – em concurso. **d – Acção Social, educação e saúde pública: a** – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Internamento de crianças em risco em instituições de acolhimento; **Continuação do Projecto "NOVOS RUMOS" – Candidatura ao Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó. Este projecto:** tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes; Apoio a Idosos e Deficientes:

- Dada a incapacidade de a Segurança Social dar resposta a todas as solicitações ao nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo. Sempre que as famílias deixem de os necessitar são devolvidos à Autarquia para serem emprestados a outros idosos. Assim, até ao momento encontram-se emprestadas 19 camas hospitalares no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vilar de Maçada, São Mamede de Ribatua e Pegarinhos - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados do Concelho; Até ao momento encontram-se emprestadas 17 cadeiras no Castedo, Alijó, Carlão, Vilarinho de Cotas, São Mamede de Ribatua, Vila Chã, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Pegarinhos. Apoio à Habitação: Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos (cinco situações – em Cabeda, Vale de Mendiz, Pegarinhos, Pópulo, Amieiro e Vila Chã); Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; Entrega de um Fogo no Conjunto Habitacional de Alijó; Abertura de concurso para ocupação de um Fogo que vagou no Conjunto Habitacional de Casal de Loivos. Programa "SOLARH": N.º de processos concluídos desde o início do Programa – 18, N.º de processos entrados – 0 Processos concluídos sem integração – 6 (a não integração foi por decisão dos utentes e não pelas entidades empregadoras); Estágio Profissional de Integração Sócio-Profissional – 1 (houve uma desistência por parte do utente); Processos em preparação – 5; Medida "Apoio ao Emprego" – 4; Processos cancelados – 0; Processo concluído a aguardar resposta para integração – 0. Apoio Acção Social Escolar, apoio no transporte escolar de crianças com deficiência, que frequentam estabelecimentos especializados, APPCDM de Sabrosa e APPC de Vila Real; apoio a nível

de refeições a crianças do 1º Ciclo e Pré- Escolar; apoio a nível das refeições a crianças de famílias desfavorecidas. b - Educação: \* Implementação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e outras Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Alijó – Ensino de Inglês, Expressões, Ensino da Música e Actividade Física e Desportiva (Educação Física e Natação); \* Programa de Generalização do fornecimento de Refeições para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico – fornecimento de refeições escolares aos alunos das Escolas 1º CEB de Alijó, Granja, Pinhão, Vilar de Maçada, Pegarinhos, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vila Chã, Favaios, S. Mamede de Ribatua, Carlão e Ribalonga; \* Protocolo de Cooperação do Pré-Escolar – fornecimento de refeições (Alijó, Granja, Presandães, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Ribalonga, Santa Eugénia, Vila Chã e Vilar de Maçada) e de prolongamento de horário (Alijó, Granja, Castedo, Presandães, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Ribalonga, Santa Eugénia, Vila Chã, Vilarinho de Cotas e Vilar de Maçada) às crianças do Pré-Escolar público; \* Instalação de 32 computadores e impressoras nas Escolas 1º CEB; \* Projecto para instalação de banda larga em todas as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho; \* Distribuição de leite escolar pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; \* Distribuição de briquetes pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; \* Transportes escolares, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; \* Transporte das crianças do 1º CEB provenientes das escolas que encerraram em virtude do reordenamento da rede escolar; \* Cedência de transporte para visitas de estudo, embora tendo em conta todos os condicionalismos em termos de transporte nem sempre tenha sido possível aceder a todos os pedidos, designadamente os de Escolas 1º CEB; \* Cedência de transporte para Desporto Escolar da Escola Secundária de Alijó, Escola EB 2,3 de Alijó e Escola EB 2,3 do Pinhão; \* Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); \* Cedência de transporte a todos os deficientes do concelho para a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real e Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal); \* Pagamento da 2º fase das verbas atribuídas às Juntas de Freguesia para limpeza e material de desgaste das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância; \* Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; \* Obras nas Escolas 1º CEB de Favaios, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada; \* Desinfestação e limpeza de recintos escolares; \* Instalação do sistema de aquecimento central na Escola 1º CEB e Jardim-de-infância de Favaios; \* Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão e da Escola Secundária de Alijó; \* Continuação da remodelação de parques infantis nas vilas do concelho; \* Colocação de Auxiliares de Acção Educativa nos Infantários Públicos – prolongamento de horário (Alijó, Castedo, Favaios, Granja, Pinhão, Pegarinhos, Presandães, Ribalonga, Santa Eugénia, S. Mamede de Ribatua, Vila Chã, Vilar de Maçada e Vilarinho de Cotas); \* Colocação de Auxiliares de Acção Educativa para apoiar alunos e crianças nas refeições (Alijó, Vila Verde e Sanfins do Douro); \* Fornecimento de equipamento imobiliário e material didáctico em alguns Jardins-de-infância públicos e Escolas do 1º CEB; \* Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (cedência de

técnicos para acompanhamento de casos, cedência de instalações, cedência de viatura, apoio logístico). \* Protocolo com Núcleo de Sabrosa da Cruz Vermelha Portuguesa com vista à implementação de outros cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) no concelho de Alijó. c – Saúde Pública: Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei n.º 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a veículos de venda ambulante de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 canídeos em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Campanha de vacinação anti-rábica (época especial); - Colaboração com a Guarda Nacional Republicana, em solicitações relacionadas com problemas de saúde pública;

**e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local**

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Santa Eugénia (Sector Agro-Pecuário) - Criação de Estabelecimento de Venda Directa	. GADL; . Agricultor/Produtor.	. Acompanhamento de projecto aprovado de Cozinha Tradicional para produção de fumeiro.	. Reuniões de trabalho com o agricultor.
Concelho de Alijó – Pópulo Sector Agro-Pecuário: - Criação de Poclga Familiar em Regime Complementar	. GADL; . Promotor; . Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça bisara de Vinhais; . Veterinário da Associação	Criação de porcos da raça Bisara em regime semi –extensivo.	. Visitas de trabalho à exploração, para acompanhamento da actividade.

Concelho de Alijó – Pegarinhos Sector Agro-Pecuário: - Criação de Queijaria	. GADL; . Empreendedor;	. Instalação de uma Queijaria para produção de queijo de cabra da raça Serrana – raça autóctone	. Reunião de trabalho com o empreendedor.
Concelho de Alijó Sector Agro-Pecuário: - Produção de Produtos Hortícolas	. GADL; . Promotor (Jovem Agricultora);	. Acompanhamento de projecto aprovado de jovem agricultora	. Reuniões de Trabalho com a Jovem agricultora, com o objectivo de efectuar o acompanhamento da actividade a iniciar.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Alijó (Sector Artesanato)	. GADL; . Artesã	. Acompanhamento de projecto aprovado	. Reunião de trabalho com a artesã.
Concelho de Alijó – Alijó e S. Mamede de Ribatua. (Empreendedorismo)	. GADL; . Dois Empreendedores; . Empresa de Consultoria (SPA/GLOCAL).	. Participação dos Empreendedores na formação “Atelier de Ideias” com o objectivo de criação de uma empresa no sector da produção de fumeiro e outra no sector do turismo.	. Reuniões de trabalho com os empreendedores, Técnicos do GADL e SPA (empresa que efectua enquadramento dos projectos propostos e formação aos potenciais empreendedores).
Concelho de Alijó (Sector Agrícola)	. GADL	. Sensibilização da população para os procedimentos a seguir com as embalagens vazias dos produtos fitofarmacêuticos.	. Divulgação da informação através das Juntas de Freguesia

<p>Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó- ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596 )</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. GADL;</li> <li>. Colaborador da CIBIO;</li> <li>. Guardas Florestais Auxiliares.</li> </ul>	<p>Melhorar a Gestão da ZCMA</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Reposição de alguma sinalização na ZCMA, destruída por actos de vandalismo e outros;</li> <li>. Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados;</li> <li>. Acções de repovoamento (lançamento de 1 000 exemplares de perdiz vermelha), em áreas previamente definidas onde foram criadas condições, tais como: <ul style="list-style-type: none"> <li>- colocação de comedouros;</li> <li>- disponibilidade de água nas áreas referidas.</li> </ul> </li> <li>. Registo Periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na ZCMA;</li> <li>. Realização de sementeiras;</li> <li>. Foram efectuadas acções de profilaxia “vacinação” no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA;</li> <li>. Realização de Montaria (6ª Montaria 18/11/06)</li> <li>. Serviço administrativo da ZCMA: - Inscrição de caçadores na zona de caça, emissão de licenças de caça e emissão de autorizações para caçar na ZCMA.</li> </ul>
<p>Concelho de Alijó (Sector Florestal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. GADL e GTF;</li> <li>Vice-Presidente do Município de Alijó (responsável pela Protecção Civil do Concelho).</li> <li>. Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;</li> <li>. Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios</li> </ul>
<p>Concelho de Alijó (Sector Florestal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. GTF Alijó, GTF Murça, GTF Vila Real, GTF Sabrosa, GTF Mesão Frio; GTF Santa Marta de Penaguião</li> <li>. Representante da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Esclarecimentos sobre o Guia Metodológico para elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;</li> <li>. Cartografia necessária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Reunião entre os elementos que constituem os GTF’S dos Municípios que pertencem à Associação.</li> </ul>

	Associação de Municípios Vale Douro Norte		
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL e GTF;	. Aprovação da Candidatura realizada ao Fundo Florestal Permanente.	. Elaboração e acompanhamento das acções de Sensibilização aprovadas; . Continuidade do projecto – Concurso “Alijó na Defesa da Floresta”;
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. Junta de Freguesia de Favaios; . GADL e GTF;	. Avaliação do montante aprovado.	. Conhecimento do valor aprovado para o projecto dos Baldios que a Junta gere, indicação dos passos a seguir depois do projecto aprovado.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL e GTF.	Calendarização do Plano de Actividades sobre a Floresta para o ano lectivo 2006/2007 (alunos do 2º e 3º ciclos)	. Reunião com as Professoras responsáveis pelo Clube da Floresta

**Outras actividades relevantes:** - Lançamento da primeira pedra da construção da Pousada da Juventude, por Sua Excelência o Primeiro-Ministro, e assinatura do respectivo auto de consignação entre a empresa construtora e a Movijovem. Alijó, 18 de Dezembro de 2006, O Presidente da Câmara, José Artur Fontes Cascarejo, Dr. -----  
-----O **PRESIDENTE DA MESA** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara: -----  
-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente às intervenções do Sr. Deputado Telmo Pinto e Pedro Perry, indica que está de acordo e há que operacionalizar estas questões. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Jaime Cardoso, é verdade que, se há obras com atraso no Concelho e que envergonham a todos, é a obra de Cheires. Indica que como Presidente da Câmara, mas como não está no pelouro, sabe genericamente e não em pormenor. Gostariam que a mesma já estivesse concluída e pede publicamente desculpa a todas as pessoas de Cheires pelos incómodos

que têm causado o atraso da mesma. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes, esclarece que cada um tem os seus conceitos acerca de liderança e como eram questões de pormenor que têm a ver especificamente com o pelouro do Sr. Vereador das Obras, entendeu que ele estando presente, seria a pessoa mais indicada para lhe poder responder. Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Filomena, relativa ao relatório, o Sr. Secretário de Estado transmitiu que está para breve. No que diz respeito ao Castro do Populo, a Património Mundial, é uma das consequências do levantamento arqueológico que fizeram. Todos ficariam muito satisfeitos que viesse a concretizar-se, na medida em que o Concelho passaria a ter dois Patrimónios Mundiais: um a norte com o Castro do Populo, outro a sul com o Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade. Este pode ser um chamariz para aproveitar o vector do turismo, que todos os especialistas na matéria consideram fundamental para desencravar o Concelho e o interior, em termos de desenvolvimento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dado que o Deputado Pedro Perry se disponibiliza a redigir um pequeno texto que funcionará como Moção para apresentar a todos os Srs. Deputados e dado que foi sugerido que a Bancada do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social e Independente, pudessem eventualmente reunir-se para redigirem o referido texto, que posteriormente será discutido e aprovado, sugere a interrupção dos trabalhos durante 10 minutos.----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** reinicia os trabalhos e Lê Documento que se transcreve na íntegra: “Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração dos C.T.T Correios de Portugal, S.A., Rua de São José, n.º 20, 1166-001 Lisboa, A Assembleia Municipal de Alijó reunida em 29 de Dezembro de 2006, deliberou manifestar a V. Exa. a sua preocupação com as consequências nefastas para a Vila do Pinhão e freguesias limítrofes, decorrentes da reorganização da distribuição postal efectuada pela Administração dos C.T.T. Relembramos uma vez mais que, para além da população residente – já de si importante – estão também sedeadas na Vila do Pinhão grandes firmas do comércio vitivinícola, bem como, um conjunto de infra-estruturas de significativa relevância do ponto de vista turístico e várias outras empresas ligadas aos dois sectores. Acresce ainda que, aquando da reorganização atrás referida já a Junta de Freguesia do Pinhão, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, tinham demonstrado a sua preocupação com as consequências



que daí poderiam advir, como infelizmente se veio a comprovar agora com o atraso e troca de vária correspondência de fundamental importância para a vida social e económica desta Vila e deste Concelho. Na sequência das anomalias atrás referidas foram já registados alguns prejuízos por incumprimento de prazos decorrentes desta situação. Face ao exposto, reiteramos a nossa profunda discordância com a referida reorganização, apelando a V. Exa. para solucionar este problema no mais curto espaço de tempo possível. Alijó, Paços do Município, 29 de Dezembro de 2006, O Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cerca.” Lê ainda a Moção elaborada na Presente Assembleia Municipal e assinada por todos os elementos, a qual se transcreve na íntegra: “Moção: A Assembleia Municipal de Alijó, reunida em sessão ordinária no dia 29 de Dezembro de 2006, teve conhecimento através de notícias publicadas na comunicação social, bem como, de um ofício do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão da eventual possibilidade do encerramento de postos da GNR com o número de efectivos inferiores a sete elementos. 1- Face à eventualidade acima referida, cabe-nos lembrar que o posto do Pinhão já teve um efectivo de catorze elementos e a sua área de intervenção abrangia a parte sul dos concelhos de Alijó e Sabrosa; 2 – Relembramos igualmente que o Pinhão é uma Vila com uma forte representação empresarial e turística, o que motiva uma circulação de pessoas e bens muitíssimo superior à sua população residente; 3 – Acresce ainda que o Pinhão está a mais de 10 km de qualquer outro posto da GNR, pelo que, a sua localização se reveste de uma importância estratégica fundamental para garantir a segurança e ordem públicas em todo o vale do Douro Património Mundial. Face ao acima exposto, solicitamos a V. Exa. Que no projecto de reordenamento dos postos da GNR não só mantenha como venha a reforçar os efectivos deste posto para bem da Vila do Pinhão, do Concelho e da Região.” Indica que os proponentes da Moção, são todos os membros da Assembleia Municipal. -----  
-----O **PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação a Moção, sendo aprovada por unanimidade com 38 votos a favor. Coloca ainda a votação o Texto dos CTT, sendo aprovado por unanimidade com 38 votos a favor. -----  
-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introdz *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação do Projecto de Regulamento do Cadastro e Inventário do Património do Município de Alijó”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que este Ponto vem na sequência de um trabalho que têm vindo a desenvolver para no mais curto espaço de tempo possível, poderem ter a Câmara Municipal, do ponto de vista do POCAL, com um documento cada vez mais rigoroso. Uma das novas exigências do POCAL tem exactamente a ver com o inventário de todo o Património da Autarquia. Informa que não podiam fazer este inventário, sem ter um regulamento que o enquadrasse e este era um pré-requisito, sem o qual não podiam fazer o trabalho subsequente e daí a elaboração do mesmo, seguindo orientações da Associação Nacional de Municípios e confrontando com outras situações de regulamentos idênticos, já produzidos por outras Autarquias, vertendo ainda para este documento as obrigações legais, consignadas na própria Lei. Esclarece ainda que este é um passo, sem o qual não podiam dar o passo subsequente, mas de fundamental importância porque vai permitir quantificar o verdadeiro Património da Autarquia. Afirma que quando se trata de uma cadeira, uma mesa ou um computador, é fácil inventariar e quantificar o valor deste Património, no entanto a Autarquia tem um conjunto muito mais vasto de Património, bem mais difícil de inventariar e sobretudo de quantificar. Refere-se desta forma aos quilómetros de rede de águas, saneamento, estradas, jardins, etc e que a Lei obriga a quantificar. Este é um instrumento de trabalho para que no futuro possam ter esta vertente do POCAL, verdadeiramente operacional e carece de aprovação em reunião da Assembleia Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre o Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Sobre o projecto de regulamento do cadastro e inventário do Património do Município de Alijó, realça o trabalho desenvolvido neste documento. Questiona se a inventariação de todo o Património do Município também inclui o Património das Freguesias. Esclarece que as Freguesias têm praças, ruas, pontes, lavadouros e outras que em alguns casos foram reconstruídas ou mesmo construídas com dinheiros da Junta de Freguesia. O documento refere que a inventariação pressupõe o registo de aquisição ou outra forma e pretende saber qual é a outra forma. Refere ainda que para além de todas as infra estruturas enunciadas, têm os baldios, que em alguns casos são geridos pelas Juntas de Freguesia e nem uns nem outros têm

registos de aquisição para poderem fazer escritura. Questiona ainda como vão fazer para registar todo esse Património. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Congratula-se com a Câmara Municipal de Alijó e manifesta a satisfação da Bancada do Partido Socialista, relativamente a este documento, porque tem sido uma lacuna dos últimos anos, até porque o mesmo tem sido referido. Este é um passo, um caminho que não vai ser fácil, mas que de certeza vai ser uma boa e grande obra deste Executivo. --

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Indica que é com enorme satisfação que vê o agendamento da aprovação deste regulamento pois é o início do fim de uma das grandes lacunas que existia na Câmara Municipal de Alijó e penas que, na generalidade das Câmaras do País. Indica ainda que é necessário, indispensável, urgente e sobretudo útil que, todos saibam quais os activos da Câmara Municipal. Lembra que no ano transacto, o Sr. Presidente da Câmara, aquando da análise ao Orçamento e Plano, falaram nesta questão e nessa altura referiu que estava entre mãos a elaboração deste projecto. Felicita o Sr. Presidente da Câmara pelo facto de ter cumprido a indicação dada, porque é uma lacuna que começa a fechar-se e vai ser útil, na medida em que a Câmara Municipal, vai ter a listagem do património, tarefa difícil, complicada, mas pensa que não será irrealizável, na medida em que para além do quadro, a Câmara Municipal tem sempre a possibilidade de poder contratar especialista que ajudem na elaboração e concretização desta importante tarefa. Indica ainda que, no futuro, dadas as dificuldades que o Governo tem estado a colocar ao financiamento das Autarquias e sobretudo ao seu endividamento, podem vir a encontrar neste trabalho e na realização desta tarefa, um pilar que venha a permitir de no futuro, os Governos abrirem um pouco mais e permitirem às Câmaras Municipais, por esta via, chegar a um endividamento, dando como garantias este Património que as Câmaras possuem. Informa que vai votar favoravelmente e pensa que a Bancada do Partido Social Democrata também o vai fazer. Informa ainda que não leu o regulamento, mas pensa que será muito melhor, mesmo partindo do princípio que não seria um regulamento ideal, nem seria tão bom como isso. Pensa que este será muito melhor que a situação que se vinha a verificar, ou seja, a ausência total do levantamento do Património imobiliário da Autarquia. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente às observações feitas pelo Sr. Deputado António Fernandes, esclarece que a Lei que obriga a Autarquia Câmara é a mesma que obriga a Autarquia Freguesia e portanto as Freguesias também terão que fazer um trabalho idêntico, embora mais simplificado, de acordo com o seu POCAL, para fazer o levantamento do Património. A Câmara Municipal estará disponível para ajudar quem pretender envolver-se nesta tarefa. No que concerne aos baldios, estes têm uma legislação própria, não são reguláveis por estas matérias e constituem um dos grandes problemas deste País, a todos os níveis. No que diz respeito à intervenção dos Srs. Deputados Telmo Pinto e Aníbal Ferreira agradece a parte elogiosa que contempla cada uma das intervenções e concorda com ambas quando dizem que é uma obra difícil, que leva tempo, mas não é irrealizável. Mesmo que fosse ainda mais difícil e levasse mais tempo, tal como afirmou o Sr. Deputado Aníbal Ferreira, vale a pena e tem que ser feito, porque, sobretudo com a aprovação da nova Lei das Finanças Locais, o rigor vai ser cada vez mais a “pedra de toque” e vão ter que se comportar para com o Estado, Administração Central e para com as entidades bancárias, que possam vir a financiar as obras, exactamente como qualquer particular, quando pede dinheiro ao banco, tem que dar garantia do Património ou outras contrapartidas. Lembra que no ano transacto, por esta altura, se comprometeu a que por agora estaria pelo menos esta primeira fase concluída e foi com enorme esforço que o conseguiram, salientando o trabalho feito pelos funcionários da Câmara que colaboraram neste trabalho, aos quais endereça os parabéns, porque sem eles o documento não poderia estar presente nesta Assembleia. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 38 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o Exercício Económico de 2007”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal

autorizar, prefere ouvir os Srs. Deputados, as dúvidas que têm a apresentar, fazendo a apresentação do documento posteriormente, na medida em que o mesmo é claro. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Indica que gostaria de saber quais os critérios seguidos para apuramento dos quantitativos a transferir para as Freguesias, transferências de capital. A verba que a Câmara se propõe em transferir para a Freguesia de Favaios totaliza € 32.062,22. Deste valor, a Junta de Freguesia tem que subtrair cerca de 6 mil euros que tem orçamentados para caminhos vicinais, restando apenas cerca de 26 mil euros para arruamentos e obras complementares, o que considera manifestamente insuficiente. Indica ainda que não vê contemplado neste PPI, nenhuma das obras que solicitou na reunião que teve com o Sr. Presidente da Câmara, aquando da elaboração do Plano e Orçamento para 2007. Na rubrica “pavimentações nas Freguesias”, não viu nenhuma obra destinada à Freguesia de Favaios, no entanto, está convicto que o Sr. Presidente irá ter em conta a sua solicitação, realizando essas obras, na rubrica destinada a pavimentação e arruamentos no Concelho. No que diz respeito à melhoria da iluminação pública e à colocação de novos pontos de luz que por diversas vezes solicitou, está em crer que irão ser realizadas através das verbas orçamentadas para a remodelação das redes de iluminação pública no Concelho. -----

-----**DEPUTADO LAURINDO MIRANDA:** Pretende que o Sr. Presidente da Câmara preste um esclarecimento sobre o Orçamento de 2006, onde lhe foram atribuídos 56 mil euros, mas apenas usufruiu de 25 mil euros. Desta forma questiona se os 15 mil euros expressos no Orçamento de 2007 estão fora do pagamento que falta completar de ano de 2006. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Felicita o Executivo e todas as pessoas que estiveram envolvidas neste documento, pela apresentação porque está diferente, para melhor. Este é um dado que tem que ser referido porque nos últimos anos, por necessidade, por gosto e por competência, é um documento que chega cada vez mais claro, de mais fácil leitura, cada vez melhor apresentado e explícito. Indica que se revê neste POCAL, particularmente. Felicita não só o Executivo, mas também o Conselho Municipal porque desconhecia que no Concelho existem cinquenta e cinco

Associações em plena actividade. Salaria ainda um aspecto que considera muito positivo, a alteração da forma ou a estratégia para atribuição para as Juntas de Freguesia através de duodécimos, é uma excelente ideia, pois também obriga os Srs. Presidentes de Junta a terem um exercício constante de gestão dos seus recursos financeiros. Finaliza dizendo que os valores não são de agrado de ninguém, no entanto também do orçamento de Estado para a Câmara Municipal, tal não será de agrado. -----

-----**DEPUTADA CAROLINA AMÉLIA:** Pretende apresentar o seu descontentamento da maneira como é feita a distribuição das verbas para as Juntas de Freguesia. A sua Freguesia é muito dispersa e o seu descontentamento tem sido manifestado ao longo dos anos, na Assembleia Municipal, no entanto espera com optimismo “por dias melhores”. Lembrando que a Junta de Freguesia de Vila Verde, não recebeu qualquer quantia no ano anterior, solicita que o Sr. Presidente da Câmara se debruce um pouco mais sobre este assunto. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Indica que ficou contente com o optimismo do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Mendiz, que não está preocupado em governar com duodécimos, ao contrário do que acontece com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. O Orçamento se conseguir ser levado a efeito, merecerá da sua parte, no próximo ano, um tremendo elogio ao Sr. Presidente da Câmara. Acha que o mesmo é arrojado, suplanta o Orçamento do ano transacto e se for cumprido pelo menos mais de 50%, merecerá a sua admiração e elogio. De momento não acredita na possibilidade de o gerir e executar e levando em conta a Declaração de Voto produzida junto da Acta da Reunião dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, demonstra que foi feito mediante uma vontade única de um Partido, que apesar de ser maioritário não quer dizer que não houvessem cabeças capazes de dar alguma sugestão, melhorar o contexto ou dar o melhor de si. Indica que o seu contributo é só falar e o do Sr. Presidente é governar com os demais Vereadores. Entende que deveria haver um intercâmbio, uma troca de ideias e daí aproveitar algo que pudesse tornar mais realista e melhor o Orçamento, para aprovação dos documentos previsionais. Indica ainda que como não participam da Vereação e sabendo que aqueles que lá estão, em minoria, não foram consultados e irão esquivar-se não pactuando e deixando à inteira responsabilidade do Partido Socialista a boa ou má execução deste projecto. Indica ainda que se os

resultados forem bons antecipa os parabéns e no próximo ano atribui os elogios. Finaliza dizendo que deseja que consigam fazer o melhor possível. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Relativamente ao Orçamento do ano passado, sobretudo no aspecto formal, verificam-se algumas melhorias que apesar de não serem muitas, são importantes e importa é analisar os documentos em si, porque este é o documento mais importante produzido no ano económico, na medida em que, de alguma forma vai dizer o que vai ser a actividade do Município no ano que se segue, embora com alguma margem de dúvida. Informa que a Bancada do Partido Social Democrata manifesta a sua concordância à posição assumida pelos Srs. Vereadores na reunião da aprovação do mesmo e subscreve inteiramente a respectiva Declaração de Voto. Não vão escarpelizar o documento, no entanto pretendem realçar duas notas: de uma forma geral, olhando o documento e os números em si, sobretudo aquilo que é apresentado no primeiro mapa que lhe parece o mais importante. Há um crescimento quer da parte da receita, em relação aos mesmos documentos do ano passado, na ordem dos 10%. No entanto ainda no dia anterior ouviram o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios a propósito da aprovação pelo Tribunal Constitucional, da Lei das Finanças Locais, que esta é uma Lei má, que prejudica as Câmaras e o que têm ouvido nos últimos tempos é que as Autarquias do País estão descontentes, porque o Governo impôs restrições que mexem sobretudo com o Orçamento das Autarquias e sua capacidade de endividamento. Parece-lhe assim, haver uma contradição entre o que acontece a nível nacional e o que está expresso no documento da Câmara, onde podem ver um Orçamento que cresce 10%. Em condições normais isto seria bom, nestas condições será óptimo se assim acontecer. Afirma que não acredita neste crescimento. Poderá haver algum crescimento nos impostos indirectos. Refere ainda que nas receitas de capital, têm uma verba, a “venda de bens de investimento” com €13.869,354, que se esta mesma verba tivesse um número 10% deste valor, pensa que seria aceitável, no presente Orçamento. Desta forma, com este valor, não acredita que esta verba seja realizável. Refere ainda que esta representa 45% do Orçamento e representa mais de metade das receitas de capital e se é irrealizável, vem viciar todo o Orçamento e retirar rigor. Seria óptimo que assim fosse, mas não crê que a Câmara vá vender serviços, património e realizar uma verba de treze milhões. Indica que, tal como referiu o Sr. Deputado Jaime Cardoso, se daqui por um ano, quando aprovarem a realização

deste exercício, a Conta de Gerência e se esta verba for realizada for superior a 10% felicita o Sr. Presidente da Câmara, pois será um acto heróico. Indica ainda que se não fosse isto, estariam perante um documento aceitável, com rigor e transparente. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Afirma que acredita neste Orçamento, tal como acredita na Câmara e no Executivo, embora reconheça que veria algumas coisas de outra forma, não significando que estejam mal. Congratula-se profundamente com as voltas que foram dadas em todo o Plano e Orçamento, em particular com as transferências para as Freguesias. Informa que se debateu todo o ano por isso e não pode deixar de dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e restantes responsáveis nesta matéria. Refere o critério encontrado para a distribuição das verbas às Freguesias, em que na maioria dos casos as penaliza em 50%. Prioritariamente as Freguesias rurais, em detrimento das predominantemente urbanas e mediantemente urbanas, prejudicando assim os habitantes em detrimento do território. Indica que todos têm conhecimento do desfazamento entre muitas Freguesia que têm uma área territorial grandíssima e pouca população, enquanto existem outras que têm uma área territorial reduzidíssima e uma grande concentração populacional. Realça que os habitantes são muito importantes, mas sem território não há aldeias vinhateiras, não há variantes, não é possível construir estádios, recuperar caminhos e miradouros, cais fluviais, pousadas, centros de saúde ou mesmo aeródromos. Lembra que sem território não há espaço para as pessoas, quanto mais para as referidas infra estruturas e que uma rua com 100 metros de comprimento tem o mesmo custo de execução enquanto obra tem o mesmo custo de conservação para dez pessoas ou para cinquenta habitantes, logo não faz sentido na distribuição de verbas às Freguesias, privilegiar os habitantes em detrimento do território. Dá ainda os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, pois na sua Declaração de Voto, para aprovação do Plano e Orçamento para 2007, quando afirma na página quatro, paragrafo cinco, que há investimento directo a sul do Concelho, no valor de vários milhares de euros, depois remata dizendo” o que tem contribuído e vai continuar a contribuir para transformar o nosso Concelho em terras cada vez mais atractivo, competitivo e solidário”. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que não tem a menor dúvida e volta a acreditar que quando fez esta afirmação, foi profundamente do coração e não há atractividade sem embelezamento e investimento, se não houver igualdade no investimento não



pode haver forma alguma, competitividade. O Concelho só consegue ser atractivo, próspero e desenvolvido se crescer harmoniosamente sem Vilas, Freguesias ou Lugares marginalizados pelo desenvolvimento. Saúda o Sr. Presidente da Câmara por ter acabado com um protocolo que ninguém queria e que se veio a provar não ser bom para a Câmara, nem para as Freguesias. Redobra os seus parabéns por ter cumprido com a promessa. Relativamente ao Plano e Orçamento indica que está bem estruturado, bem elaborado e compreensível. Faz um pequeno reparo relativamente ao Orçamento de 2006 que vinha devidamente encapado com uma lombada, bem organizado e o Orçamento de 2007 apenas traz um agrafe não sendo tão fácil para consultar, visto tratar-se de uma ferramenta de trabalho. Refere ainda a transferência em duodécimos para as Juntas de Freguesia, sendo a melhor em todos os níveis porque o que está plasmado no caderno irá ser distribuído na totalidade pelas Freguesias, mensal ou trimestral e sabem com o que contam para o trabalho. Finaliza reafirmando que esta é a forma mais correcta de fazer chegar o dinheiro às Freguesias. -----

-----**DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES:** Classifica o Orçamento como documento muito bem apresentado e bem delineado. Principalmente os Srs. Presidentes de Junta não estão satisfeitos e ainda bem que assim é, pois este é o papel deles e não estarem satisfeitos, é exigir e reivindicar, mas com um certo sentido e equilíbrio. Se atenderem ao Orçamento de 2006 e 2007, constatarem que há uma certa contradição dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, a qual acaba de ser finalizada com a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Ferreira. Indica que deviam congratular-se com o aumento de 10%. Indica ainda que as tabelas da Direcção Geral do Orçamento onde se encontram os cálculos e as rubricas, podendo observar que houve rubricas que desapareceram e apareceram o FEF, o Fundo Social Municipal e o IRS. Se atenderem a estes factores, podem verificar que as importâncias têm todo o rigor neste Orçamento da Câmara Municipal de Alijó. Não concorda com o Descontentamento dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata e a esclarece que a consolidação orçamental só é possível com cortes de investimento. Analisando o Orçamento, podem verificar que há investimento no Concelho, numa parte mais e noutra menos, como por exemplo, na parte Norte é evidente que não tem tanto investimento como a Sul e gostam de partilhar isso com a parte Sul. Refere ainda que têm que ter em atenção as consolidações orçamentais, cortando num lado para enriquecer um pouco no outro, obedecendo

critérios. Convida o Sr. Deputado Aníbal Ferreira a preparar um abraço para dar ao Sr. Presidente da Câmara daqui por um ano. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Considera O Plano de Actividades e Orçamento para 2007, arrojado e bem elaborado. Deseja que a taxa de execução seja de pelo menos 50%. Lamenta que a verba, a receita de capital para a sua Freguesia seja tão pequena, pois €20.661,68. Congratula-se com a transferência das receitas de capital por duodécimos, pois desta forma sabem com o que contam, fazem os seus projectos de forma mais assegurada e correcta, não necessitando de se deslocar até à Câmara Municipal. -----

-----**DEPUTADO VÍTOR SILVA:** Indica que estão perante um Orçamento credível e responsável. Indica ainda que não vai afirmar que o mesmo está bonito ou bem elaborado porque isso seria denegrir o próprio documento. Este documento apresenta uma capacidade do Executivo Municipal, como já vem sendo habito, de cumprir com aquilo que prometeu no período eleitoral. Deixa ainda uma palavra para os técnicos que o elaboraram, pela competência e rigor que este apresenta, pois um Orçamento é sempre um retrato de intenções e não pode ser visto como se de uma Conta de Gerência se tratasse. Não podem estar aborrecidos por este Executivo ser, neste capítulo, ambicioso. Indica ainda que nas percentagens que vai usar para análise e para mostrar a capacidade de realização deste Executivo, vai ter em conta as Contas de Gerência e Orçamento para 2005, porque não podem comparar com as Contas de Gerência de 2006, o Orçamento de 2006, porque ainda não foram apresentadas. Desta forma, têm uma execução do Orçamento da Despesa e da Receita Corrente, mais Capital, de cerca de 50%, assim como a Execução do Plano de Actividades Municipais, a nível financeiro, também com cerca de 50%. Se verificarem o ano de 2005, as despesas correntes também foram realizadas em 82,40 % e por aqui se vê que o desvio é diminuto e que há uma boa execução da parte deste Executivo. Relativamente à venda de Património, à primeira vista, pode parecer um valor empolgado, mas se pensarem bem, não é, porque com toda a capacidade que este Executivo tem, em realizar novos projectos e candidaturas, se não tiver uma salvaguarda, não pode realizar estes projectos, as candidaturas a Fundo Social Europeu e de outras fontes. Acha inteligente colocar este valor no Orçamento e muito bem visto, dando os parabéns a quem se lembrou de o fazer. Relativamente ao aumento, se tiverem em conta

que a taxa salarial aumenta cerca de 1,5%, que o valor da caixa Geral de Aposentações aumenta 2%, que o preço dos variados bens tem aumentos de ano para ano, o que inflaciona o Orçamento, ou se tiverem ainda em conta por exemplo na área da educação, as despesas que agora têm que existir com professores de música, de inglês, de expressões, a questão dos transportes, não o admira que tenha que ser feito um aumento no Orçamento, que sendo de 10%, não é grande para todas as actividades que se avizinham. As transferências correntes para as Juntas de Freguesia vão fazer com que a Taxa de Execução seja total, o que considera também uma grande medida. As transferências correntes para as Associações e o apoio a todas as 55, que retrata também o Orçamento, podem afirmar que é um trabalho óptimo, tanto a nível social, desporto, cultura ou protecção civil. Este Orçamento retrata o esforço deste Executivo e é grande não só em números, mas também em obras, tendo como prova a terceira fase da Aldeia Vinhateira, o Estádio Delfim Magalhães, o Cais Turístico do Pinhão com a recuperação da margem esquerda, os Caminhos Pedestres, a rede de Miradouros e Caminhos Durienses, a variante de Favaios nascente, o Aeródromo da Chã e ainda as obras da administração central, aderente a Alijó, o Centro de Saúde e a Pousada da Juventude. Indica que estava preocupado se visse muitos números e poucas obras, mas não só não está preocupado como também tem confiança em quem irá executar todas as obras. Apesar de se ter verificado o aumento absoluto no Orçamento, o peso neste, das despesas com o pessoal diminuiu 0,7 %. Em comparação com o que se passou no ano anterior, tinha um peso de 11,60%, passando agora a ter um peso de 10,90%. Relativamente à Revidouro, está no Orçamento com um valor de €163,310.00 e constitui um dos eventos ímpares, que se realizam no Concelho de Alijó, porque mostra o que há de melhor na Região, promovendo também o turismo e o sector financeiro do Concelho. Termina dizendo que ganharam reconhecimento a nível nacional e distrital com a vinda da Pousada da Juventude para o Concelho, porque alguém quis que ela saísse, mas com o reconhecimento que este Executivo tem, alguém quis atribui-la de novo ao Concelho de Alijó. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** A grande novidade deste Orçamento, como foi amplamente constatado por todas as intervenções, situa-se sobretudo em dois domínios: no domínio

da capacidade de ampliar a receita por via de aprovação de candidaturas a Fundos Comunitários e por outro lado, uma alteração substantiva na forma como se vão relacionar com as Juntas de Freguesia, no próximo ano. Relativamente à dúvida e interrogação levantada, no que concerne ao aumento de 10% deste Orçamento, comparativamente com o Orçamento de 2006, esclarece que este aumento, para além das razões apresentadas pelo Deputado Vítor Silva, nomeadamente as taxas salariais e a inflação de bens e serviços, deve-se sobretudo, numa percentagem superior a 90%, à capacidade que tiveram para atrair investimento, quer da Administração Central, quer de Fundos Comunitários. Não poderiam garantir a contrapartida Nacional desse investimento, sem este crescimento no Orçamento da Receita, porque são obras candidatas por Fundos Comunitários, já estão aprovadas e sabem que vão receber esse dinheiro no próximo ano. Essa é a principal e fundamental razão para o referido aumento e dá como exemplo o campo de futebol que, se não tivessem a sua candidatura aprovada, não podiam ter a receita que o vai financiar. Mesmo que a obra não fosse aprovada, tinham que prever e utilizar um processo de engenharia financeira, prevendo esse encaixe futuro. Esclarece ainda que as grandes obras financiadas, nunca são a 100%, são apenas a 75% e têm que garantir os 25% da contrapartida nacional, que normalmente não são 25%, porque há sempre erros e omissões, trabalhos não previstos, entre outras situações e ultrapassam os 25%, indo por vezes aos 35 % ou 40%. Poderia ainda dar como exemplo a Variante da Favaio, foi também uma terceira fase da Aldeia Vinhateira que não estava prevista, mas que conseguiram *in extremis*, de umas verbas que outras candidaturas perderam e se não as fossem buscar e recuperar, eram devolvidas à Comunidade Europeia. Podia ainda dar o exemplo da casa da praia no Pinhão ou uma série de candidaturas na área da Educação, Acção Social e Saúde. Indica que, o que é importante realçar é que sem esta estratégia, não podiam abalançar-se às candidaturas, nem depois de aprovadas, as podiam executar. No que diz respeito aos critérios de distribuição para as Juntas de Freguesia, houve pessoas que questionaram os mesmos, houve outros que aplaudiram e esclarece que a estratégia da Câmara Municipal foi muito simples: partindo das verbas que tiveram capacidade para pagar às Juntas de Freguesia no ano transacto e distribuindo esse "bolo" total, utilizando os critérios que estão definidos na Lei da Finanças Locais e tendo em conta as alterações da nova Lei, fizeram a distribuição, em função de várias variáveis, entre as quais a população e o

território, mas em função do que estava na própria Lei. Indica ainda que estes critérios também são aplicados às Autarquias e uma Autarquia com 300 km<sup>2</sup> e com 15 mil habitantes, também sofre os efeitos desses mesmos critérios de distribuição, mas não podem dar aquilo que não recebem. O critério foi o rigor, a transparência e a equidade possível. Em matéria de equidade e de justiça, por mais simulações que fizessem, nunca iriam encontrar um critério que agradasse a todos. Compreende que cada um tente sempre puxar a máximo para a sua Freguesia, pois foram eleitos para defender esses interesses. Pede que os Srs. Presidentes de Junta invertam as situações e se coloquem do seu lado, questionado como fariam. Indica que chegariam à conclusão que a melhor solução ou a menos má é esta, a que permite esta distribuição em função dos referidos critérios. Têm que ser absolutamente rigorosos porque também obrigam a Autarquia Câmara a ser rigorosa. As Freguesias que têm dívidas, não vão ficar com elas por pagar e têm que fazer planos de pagamento. A prioridade é pagar as dívidas e só depois fazer obras novas. Os que têm dívidas para pagar, vão ter que, juntamente com a Câmara, escalonar essas mesmas dívidas e trabalhar em conjunto para acabar com as referidas dívidas. Relativamente à iluminação pública, o que está contemplado no Orçamento, é uma candidatura que a Câmara vai fazer a uma remodelação da iluminação pública do Concelho. Indica que com esta candidatura pretendem atingir dois objectivos: remodelar a rede pública e ao mesmo tempo dar mais eficácia e mais poupança porque o objectivo é aplicar luzes amarelas com temporizador e que a partir de determinada hora, iluminam, mas com menos intensidade. Por outro lado, em termos de pagamento à EDP, porque têm que tentar pagar cada vez menos e ter um serviço cada vez melhor, pagam menos. No que diz respeito à intervenção do Deputado Telmo Pinto sobre as 55 Associações, esclarece que estiveram, estão e vão continuar a aplicar o mesmo critério que aplicaram com as Juntas de Freguesia. As Associações apresentam os respectivos Planos de Actividade, em função do cumprimento desses Planos, recebem o que está previsto. Também estas Associações gostariam de ter mais dinheiro, mas não há capacidade para dar mais, tendo que dividir o “bolo” por todas elas, em função dos critérios de execução e daquilo que no passado já tiveram capacidade para executar. Indica ainda que as 55 Associações não são todas iguais e a igualdade não é dar o mesmo a todas as Associações, tendo assim que aplicar à questão da igualdade o lema “todos diferentes, todos iguais”, porque quem tem

capacidade de realização e consegue fazer mais do que estava previsto, merece mais do que um que diz que vai fazer muito e depois não faz nada. É perante isto que fazem um Plano para as respectivas Associações. Ao contrário de outras Câmaras Municipais, não cortaram as verbas para as Associações, mas houve um conjunto de Câmaras Municipais, a nível do País que cortou as verbas de apoio a todas as Associações que tivessem no Concelho. A Câmara Municipal de Alijó não pode fazer isso, porque tem consciência que se não apoiar estas Associações, elas morrem. No entanto não podem apoiar todas da mesma forma e não há melhor critério que a capacidade de execução de cada um. No que diz respeito à intervenção da Deputada Carolina Amélia, esclarece que não recebeu qualquer verba no ano anterior porque não assinou o protocolo de delegação de competências que lhe foi proposto pela Câmara Municipal e desta forma não foi possível cumprir com o estabelecido. Informa que se esta estiver na disponibilidade de assinar um Protocolo, assina direitos e deveres. No ano transacto, foi a única Presidente da Junta de Freguesia que não assinou este Protocolo e não podiam transferir as verbas. No que diz respeito à intervenção do Deputado Jaime Cardoso, interpreta-a com a simpatia de quem se conhece há muito tempo, mas que por razões político – partidárias, tinha que dizer o que disse. No que diz respeito à intervenção do deputado Aníbal Ferreira, comenta a referência ao crescimento de 10% da receita e da despesa e da contradição no que concerne à Lei das Finanças Locais. Pensa que na explicação genérica anterior, não há contradição porque se é verdade que a Lei das Finanças Locais, no que concerne ao Município de Alijó, não dá nem mais nem menos do que o que receberam em 2005, em termos dos diferentes fundos e portanto na prática perderam, porque de 2005 até agora houve aumento salarial, aumento para a Caixa Geral de Aposentações, aumento de inflação, etc, na prática, não é igual, é menos e com as candidaturas, foram buscar muito milhões de euros. Essas candidaturas estão plasmadas nesse aumento de 10%. No que diz respeito às receitas de capital, às vendas de investimento, representaram 45% do Orçamento da Câmara e quando afirmou que retira rigor, em termos de rigor absoluto, é uma previsão, tal como afirmou o Deputado Vítor Silva, não há outra forma de salvaguardar quer estes, quer outros investimentos que possam vir a surgir. Todos utilizam este processo, ao qual chama de processo técnico de engenharia financeira para possibilitar as candidaturas e respectivas realizações. Relativamente à intervenção do Deputado António

Fernandes, nunca pôs em dúvida que acreditasse quer no Executivo, quer na capacidade de realização. No ano transacto previram pagar às Juntas de Freguesia um determinado valor global, no entanto, só tiveram capacidade de pagar metade e a grande diferença relativamente ao ano passado é que em 2006 havia essa verba prevista e os próprios Presidentes de Junta, não sabiam se ia ser realizada ou não. Este ano têm a certeza que as verbas que estão contabilizadas vão receber na totalidade por duodécimos mensais, significando que para aqueles que defendem máxima autonomia, máxima responsabilidade nestas relações e defendem o respeito institucional entre Autarquias de diferente nível, esta é a melhor notícia que lhes podia dar. Relativamente à afirmação do prejuízo das Freguesias rurais em detrimento das Freguesias urbanas, se existe alguma diferença no que diz respeito à distribuição entre umas e outras, não foi o Presidente da Câmara Municipal de Alijó que estabeleceu essa diferença, foi a própria Lei. A capacidade de realizar investimento quer nas Freguesias rurais, quer nas Freguesias urbanas, não depende só das verbas que recebem do orçamento Geral do estado directamente, nem desta nova “almofada” financeira que só podem receber se assinarem o novo protocolo que vai ser proposto para o próximo ano. Depende também do investimento da Câmara Municipal. Este investimento não pode ser necessariamente igual em todos os lados. Pergunta se pensam que é possível fazer um grande investimento, que deve ficar situado na Sede do Concelho, na Freguesia mais pequena. Esta é uma questão de escala e a questão populacional embora não seja para nós determinante, é um factor condicionante. Indica ainda que há determinados investimentos que são orientados para determinados sítios, tal como o Aeródromo da Chã tem que ser feito na Chã, quer as pessoas gostem ou não. Reafirma total empenhamento neste projecto, mas este não pode ser transportado para outro lado porque aquela Freguesia tem as características específicas para fazer aquele tipo de investimento. Há diferenças que as condições naturais também determinam e têm que governar em função dessas situações. Indica ainda que ninguém pode dizer desta Autarquia, no que diz respeito aos equipamentos básicos que algum dia discriminou negativamente as Freguesias mais rurais ou Freguesias com menos população. Dá como exemplo a recolha de lixo selectiva, os Ecopontos, pois foram dos poucos Concelhos da Região de Trás-os-montes e Alto Douro que os colocou em todas as Freguesias. Há inúmeros Concelhos que só os colocaram em determinados centros com determinado número de população.

Esta situação cria uma maior despesa para a Câmara Municipal. Dá como exemplo o Amieiro, pois não pode ter o mesmo número de Ecopontos de Alijó, mas tem Ecopontos aplicados especificamente. Relativamente ao Orçamento da Câmara 2006/2007, estar encapado ou não, esclarece que faz parte da redução de custos e de uma orientação que deram a todos os serviços de uma redução clara nas despesas com consumíveis, pois estes fazem parte da rubrica “despesas correntes”, que constitui uma das maiores dificuldades, de acordo com a nova Lei, que qualquer Autarquia vai passar a ter. Relativamente à intervenção do Deputado Domingos, falta comprovar a diferença de investimento entre o Norte e o Sul porque uma coisa é o investimento realizado directamente pela Câmara, outra coisa é o investimento de fundos comunitários que são para aquele fim e não para outro. Dá o exemplo da Aldeia Vinhateira de Favaios, um milhão e duzentos e cinquenta mil contos, que vão ser investidos e se não fossem investidos ali, não eram em mais lado nenhum. O mesmo se passa com o Campo de Futebol, a Casa da Praia do Pinhão, o Centro de Saúde ou a Pousada da Juventude. No que diz respeito à intervenção da Deputada Filomena Nogueira, acrescenta que o aspecto positivo é concordar com a nova metodologia. Relativamente à intervenção do Deputado Vítor Silva, agradece porque lhe poupou uma série de explicações e provou que estava bem dentro do documento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADA CAROLINA AMÉLIA:** Pretende apenas explicar que o Sr. Presidente da Câmara tem razão quando diz que esta não assinou o documento, pois é verdade, porque um documento daquela natureza, transcreve o acordo de ambas as partes. Indica que teve uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, na altura, acordaram no que diz respeito ao montante e obras, mas por lapso ou por mau entendimento, o documento chegou-lhe com uma determinada alteração, no que diz respeito a obras discriminadas. Desta forma entendeu que o documento merecia uma rectificação e solicitou ao Município, várias vezes que procedesse à respectiva rectificação. Solicita de imediato uma especial atenção para a Freguesia de Vila Verde. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que não pode deixar de enaltecer a forma como o Sr. Presidente se prestou a todas as declarações, o que não o surpreende, porque



sempre honrou os Srs. Deputados com a verdade. Relativamente aos critérios, sabia que o Sr. Presidente ia dizer que é o mesmo raciocínio aplicado no FEFE, mas neste é feito por uma pessoa sentada num gabinete em Lisboa que não tem conhecimento real da situação geográfica. Indica ainda que não podem ser cegos quando se trata de números, pois os políticos têm que ter sensibilidade social, ponderando e tendo atenção para o território. Refere que é preciso investir onde há condições para tal e aplaude todos os investimentos feitos a Sul, mas a Norte também há potencialidades para haver infra estruturas por exemplo os caminhos Durienses serem os caminhos Nortenhos. A floresta, potencial de riqueza inesgotável, devem sensibilizar o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local por ser um gabinete de apoio à criação de associativismo da produção de pequenos e médios produtores. Desta forma prestam serviço às potencialidades da floresta e do Concelho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por maioria com 27 votos a favor, 06 votos contra e 03 abstenções. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----